

Há anos o governo está prometendo que irá regularizar a situação. Enquanto isso, o Estado perde profissionais competentes, perde gente que está se dedicando, mas que não aguenta mais. As pessoas precisam sobreviver. Ninguém aguenta receber um salário de fome. As pessoas precisam receber salários dignos. Não adianta vir com a desculpa de que não tem dinheiro ou recursos, ou a de que a arrecadação caiu.

Há muito tempo a Educação está nesse imbróglgio. Ela está desqualificada, desvalorizada e com perda de qualidade. Salas de aula estão sendo fechadas. Ainda há escolas de lata aqui. A infraestrutura está terrível, sem falar dos aspectos pedagógicos e dos instrumentos pedagógicos utilizados. Às vezes, falta até papel nas escolas, e professores têm que levar o giz para poder escrever na lousa. As associações de pais e alunos têm que fazer compras de coisas fundamentais que são utilizadas nas escolas.

Esse é o quadro da escola do estado de São Paulo. É um governo que despreza a Educação. Hoje o governo comprovou isso. Através do seu secretário da Educação, o governo disse: “estou pouco me lixando para a Educação do estado de São Paulo. Não tenho compromisso nenhum com o futuro das crianças e da nossa juventude”. Da forma como está, a escola provoca evasão. A evasão escolar provoca essa violência crescente a que estamos assistindo, sobretudo, nos grandes centros urbanos.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, acho estranho que a deputada Beth Sáhão venha fazer quase um desafio público sobre o Conselho de Prerrogativas. Na quarta-feira, só havia dois deputados: o presidente e o deputado Cássio Navarro. Onde estava a bancada do PT? Onde estavam os membros do Conselho de Prerrogativas?

Não apareceu um. Como posso reunir esse Conselho de Prerrogativas sem deputados? Temos mais de 20 projetos do Conselho de Prerrogativas. Temos até uma cartilha que quero entregar aos deputados não cartilha escolar, mas recomendações de ordem ética, recomendações de ordem de independência.

Enquanto isso, ficamos lá, eu e o deputado Cássio, 45 minutos, e não apareceram os deputados no Conselho de Prerrogativas. Não importam os motivos. Há suplentes, e não apareceu nenhum. Indago a V. Exa.: como fazer reunião sem deputados? Não estou criticando o deputado Enio. Eu tenho suplente, poderia ter ido o suplente à reunião.

O SR. ENIO TATTO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Para esclarecer sobre o assunto, Sr. Presidente. Participei da última reunião do Conselho de Prerrogativas, que foi há duas semanas, e depois não houve mais reunião.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Como não houve reunião?

O SR. ENIO TATTO - PT - Eu não recebi.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Como não recebeu? Todos receberam.

O SR. ENIO TATTO - PT - Não sou de faltar em reunião, nobre deputado Campos.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Desculpe, deputado Enio Tatto. O deputado Cássio estava presente. O deputado Coronel Camilo me disse que tinha um problema. E os outros deputados, alguns estavam no Palácio. Não sei se V. Exa. não estava no Palácio. Só sei que a reunião não foi feita.

Mas, amanhã, me disse o presidente, temos que fazer um Colégio de Líderes. Falei: e como faço amanhã, com o Conselho de Prerrogativas? Vossa Excelência sabe quantas questões estamos colocando lá no Conselho? Preciso ter a presença dos deputados para tomar algumas decisões, Sr. Presidente.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar pelo PSOL.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Raul Marcelo, para encaminhar pela liderança do PSOL.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, temos uma matéria no jornal "Folha de S.Paulo" de hoje, especifica sobre os trabalhos na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Antes de entrar nessa matéria, gostaria de dizer que esse não é o primeiro projeto, e talvez não seja o último, sobre alienação de imóveis no Estado de São Paulo. Já votamos aqui na Casa diversos projetos nesse sentido. Alguns, com estimativa de levantamento de recursos que não foram alcançados, e outros, inclusive sem nenhum tipo de estimativa, como é o caso desse projeto, a criação de uma empresa, junto com a SPPrev, para vender os imóveis da SPPrev, a São Paulo Previdência.

É, na verdade, raspando o tacho. Tentativa de levantar recursos de todas as fontes possíveis. O segundo projeto é um projeto de refinanciamento de dívidas. E nós vamos, possivelmente, seguir nessa toada na Assembleia Legislativa, até o final do ano: fechando fundações, alienando bens públicos, refinanciando dívidas, passando a mão nos grandes devedores.

Circulou um documento oficial, nesta Casa, dos 100 maiores devedores do Estado de São Paulo. São empresas que estão nas duas pontas. Uma empresa campeã, ligada aos fármacos, deve cinco bilhões ao Governo do Estado de São Paulo. E existem empresas que devam para o Estado de São Paulo, não pagam seus tributos, e essas mesmas empresas estão na lista das empresas que são beneficiadas com isenção de ICMS. A empresa não paga o tributo e ainda tem isenção. É uma conta, de fato, difícil de ser fechada.

Mais um dado concreto, que estamos passando por uma crise fiscal. O governador diz, aos quatro ventos, que é preciso arrochar nas áreas sociais, ou seja, o povo tem que pagar a conta. Os servidores públicos precisam esperar, esqueçam a inflação do ano passado e do ano retrasado, porque é um momento muito difícil das finanças do estado de São Paulo.

Obrigação primeira é checar. No Brasil temos que desconfiar dos governos. Costumo brincar, sempre que vou a qualquer faculdade ou universidade para um debate, que o bom aluno no Brasil - aquele que seguir carreira acadêmica ou seguir na iniciativa privada, ou nos concursos públicos -, tem que desconfiar de todas as medidas governamentais, e tentar entender quem será beneficiado em cada medida que o governo planeja.

Essa discussão da crise fiscal é uma delas. Passa a ideia para toda a sociedade do estado de São Paulo, de que todos estão perdendo na crise fiscal e então é preciso fazer-se um esforço coletivo para se fazer frente a essa crise. Só que quando vamos olhar o Orçamento, não é bem isso que está acontecendo. Existem setores que não estão perdendo na crise e não estão sendo chamados a fazer um esforço. Como estão sendo chamados os pais que têm filhos na escola pública, como estão sendo chamados os servidores públicos, como estão sendo chamados os desempregados.

Estive na Secretaria de Relações do Trabalho essa semana, para uma reunião. Na minha cidade, 15 mil trabalhadores perderam o emprego no ano passado. Empregos na cadeia de petróleo e gás. Empresas como a Bardella, que prestava serviços para a Petrobras, deixou de receber por conta da crise na Petrobras e mandou mil ou 2 mil funcionários embora. Empresas como a Tectis, que produz pã eólica.

O governo americano decidiu que não tem mais problema na geração de energia fóssil. Não vai mais investir na geração de energia renovável e vai continuar com a geração de energia fóssil. Cancelou a demanda por pás eólicas e prejudicou 6 mil trabalhadores. É uma empresa de um ex-aluno do ITA - Instituto Tecnológico da Aeronáutica. Foi fundada em Sorocaba e está mandando todos os trabalhadores embora.

Fui à Secretaria de Relações do Trabalho, para saber dos projetos de geração de emprego e renda e levá-los para a minha região. Na conversa com o secretário ele passa os valores da sua Secretaria, quanto tem de orçamento para a Secretaria de Relações do Trabalho: 125 milhões de reais. Se descontarmos o que se paga aos funcionários, na compra de papel sulfite e caneta, não sobra uma quicrera para gerar emprego e renda para o nosso povo que está sofrendo.

Ainda não temos idosos - como tem na América Latina inteira - mendigando, porque a Previdência no Brasil é um colchão social imenso. A Igreja Católica está contra a reforma da Previdência porque sabe que, se aumentar a idade para aposentadoria, quem não conseguir trabalho formal no Brasil, vai para a rua pedir esmola. Nós vamos ver - como na Argentina, no Chile, no Paraguai - quem é o pedinte de esmola na América Latina. É o idoso, e no Brasil o idoso não pede esmola no semáforo, porque ao atingir a idade e mesmo sem contribuição ele consegue um recurso.

É uma coisa curiosa, muitos filhos vão morar com os avós, porque o avô tem salário mínimo e consegue prover o sustento de netos e até de filhos mais velhos. É uma coisa importante que nós temos na Previdência. O problema de quem não está na Previdência, mas está procurando emprego, é esse: só 125 milhões de reais para gerar empregos. Dizem que o vice-governador, o Mário França, tem umas carretas que ele usa para dar cursos em diversas regiões. Já oficiei pedindo que vá para a minha região.

É esse o dado: para quem está desempregado aqui em São Paulo, o governador do Estado de São Paulo disponibiliza 125 milhões de reais para gerar emprego e renda. E umas carretas que vão dar cursos para açougueiro, electricista. O que é importante, mas como a questão não está na Secretaria então não é uma política de Estado, mas está na mão do vice-governador Mário França e ele decide aonde vai. Quero dizer aos Srs. Deputados, que peçam que essa carreta vá para a sua região.

Recebemos essa semana aqui na Assembleia o secretário de Esporte, Lazer e Juventude, para discutir o Esporte. Afinal, temos Craolândia, não só em São Paulo, mas também em Sorocaba e na Baixada Santista. Existem jovens que não estão mais trabalhando nem estudando, e só restou a droga como forma de fugir dessa realidade duríssima que temos no nosso país hoje.

Esse problema das drogas, do desemprego, do crime organizado e do tráfico, tem discricionariedade. Quando pegam um helicóptero do deputado, não dá nada. Agora, o menino que é peço vendendo cigarro de maconha na rua, é traficante, colocam no jornal “o grande traficante” e ele pega anos e anos de cna.

Na Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, temos 197 milhões de reais. Se computarmos o gasto com pessoal, com compra de sulfite, caneta e tudo o mais, não sobra nada. As únicas coisas que o governo estadual faz: os Jogos Regionais e a distribuição de algumas bolsa-atleta no valor de um salário mínimo. A pergunta é: “Deputado Raul, tem uma crise, caiu a arrecadação, não tem mais dinheiro?”

Mas olhamos o Orçamento, e a mesma peça orçamentária que destina 197 milhões para o Esporte e 125 para a pasta do Trabalho vai dar, de isenção do ICMS - isso está na LDO -, 15 bilhões de reais este ano.

Aqui em São Paulo, mesmo que ocorra um tsunami, certos setores não vão ser afetados, pois há 15 bilhões de isenção de ICMS. Não há crise que chegue a esses setores. Estou estudando esse assunto, mesmo com toda a dificuldade. Até o Tribunal de Contas está com dificuldade de acessar essas informações, segundo o relatório do Roque Citadini. Os auditores, aqui presentes, estão nessa luta também, fazendo denúncia.

A grande denúncia é de que um grande setor, ponta de lança na tecnologia mundial, que recebia quase um bilhão de isenção - o governador suspendeu agora - era o setor que tem a grande especialização tecnológica de esquarterar frango. São os frigoríficos. Não estou questionando a geração de emprego. Mas qual é a incorporação tecnológica que traz ao estado de São Paulo esquarterar frango? Aliás, o Delfim Netto publicou um artigo na revista “Carta Capital” nesse fim de semana, dizendo que estamos voltando à colônia. A economia brasileira está voltando a se especializar em esquarterar frango e boi. Infelizmente, para isso não é necessário faculdade, colégio técnico, nada. Faz-se, na carreta do vice-governador, um cursinho de manusear o frigorífico e a faca afiada, e pronto: já se consegue fazer esquarteramento de frango e boi.

É esse o futuro do Brasil? Governador, se for dar isenção fiscal, dê para o setor de computadores, de programação, de tecnologia da informação. Vamos fazer um debate transparente e público em torno dessa questão, que gera emprego.

A rolagem da dívida é de 12 bilhões. Quero exibir um gráfico na tela. Em 1997, foi feita a renegociação da dívida de São Paulo. Vejam só que coisa: a dívida era de 60 bilhões; hoje, está em 280. Aqui estão os índices de inflação que se usam no Brasil. O índice da dívida de São Paulo é o IGP-DI. Todos os índices variaram. O IGP-DI variou mais de 1.000 por cento. A ideia não é que o governo pague a dívida, mas que nós fiquemos pagando-a eternamente para meia dúzia de famílias que vivem em função da dívida. Vejam a diferença dos índices; vejam a remuneração da dívida de São Paulo. E a Assembleia está discutindo isso? Estamos discutindo o que o rapaz da Odebrecht falou: alpiste na gaiola; emenda parlamentar... Está aqui na “Folha” de hoje. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em votação.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Sr. Presidente, solicito regimentalmente uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Temos quórum regimental para a sessão.

Em votação o projeto salvo emendas. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Presidente, assim não. (Vozes sobrepostas.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Respeite esta Casa, deputado Enio Tatto!

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então respeite o pedido. Respeite a Minoria! Não havia 24 deputados no plenário.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Vossa Excelência acha que vai ganhar no grito?

Está aprovado o projeto.

Em votação a Emenda no 01.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, regimentalmente solicito uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental.

Eu não vou aceitar esse tipo de postura. Por favor, segurem o microfone!

Eu posso fazer isso, sim, como fiz. O Regimento permite que a assessoria do plenário... (Vozes sobrepostas.)

Vossa Excelência deveria abaixar a voz e respeitar este Parlamento. Vou respeitar o direito de verificação que V. Exa. tem. Vossa Excelência deveria parar de gritar antes de falar. Aqui, no grito, não funciona. Esta Casa não funciona no grito enquanto eu for presidente! Vossa Excelência não vai mais fazer o que fez. Não está suspensa a sessão.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Por que V. Exa. só fala?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Segurem os microfones de todo mundo, por favor. Nós vamos fazer a verificação. Eu quero deixar uma coisa clara: esta Presidência sempre vai respeitar o Regimento. Temos uma assessoria de plenário que são funcionários concursados desta Casa. Não estamos falando aqui de funcionários comissionados, mas de funcionários concursados, que disseram a mim que temos quórum de votação.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência vai proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis deverão registrar o seu voto como “sim”, os que forem contrários deverão registrar o seu voto como “não”.

* * *
- É iniciada a verificação de votação pelo sistema eletrônico.
* * *

O SR. CÁSSIO NAVARRO - PMDB - Sr. Presidente, declaro a obstrução da bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PMDB.

O SR. RICARDO MADALENA - PR - Sr. Presidente, declaro a obstrução da bancada do PR.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PR.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, declaro a obstrução da bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PT.

O SR. EDSON GIRIBONI - PV - Sr. Presidente, declaro a obstrução da bancada do PV.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PV.

O SR. ROGÉRIO NOGUEIRA - DEM - Sr. Presidente, declaro a obstrução da bancada do DEM.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do DEM.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Sr. Presidente, declaro a obstrução da bancada do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PCdoB.

A SRA. MARTA COSTA - PSD - Sr. Presidente, quero registrar a obstrução do PSD.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - A Presidência registra a obstrução do PSD.

O SR. CELSO NASCIMENTO - PSC - Sr. Presidente, quero registrar a obstrução do PSC.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - A Presidência registra a obstrução do PSC.

O SR. ED THOMAS - PSB - Sr. Presidente, quero registrar a obstrução do PSB.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - A Presidência registra a obstrução do PSB.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, quero registrar a obstrução do PRB.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - A Presidência registra a obstrução do PRB.

O SR. GILENO GOMES - PSL - Sr. Presidente, quero registrar a obstrução do PSL.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - A Presidência registra a obstrução do PSL.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Sr. Presidente, quero registrar a obstrução do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - A Presidência registra a obstrução do PSOL.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, participei do processo de votação 43 Srs. Deputados: 42 votaram ‘sim’ e este deputado na Presidência, quorum insuficiente para deliberação da matéria.

O SR. ENIO TATTO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, primeiramente quero pedir desculpas pela minha atitude, que foi uma reação a partir da percepção de uma injustiça enorme e da quebra do Regimento por Vossa Excelência.

Sou deputado nesta Casa há 14 anos e isto nunca aconteceu. E foi chato.

Mas também quero dizer que nestes 14 anos em que sou deputado, nenhum presidente - e foram tantos - deixou de atender a um pedido de verificação.

Era notório. Todos que estavam aqui perceberam que havia em torno de 18, 19, deputados, faltando cinco ou seis. Não era uma diferença de um ou dois deputados, que você pode até se enganar. Eu lamento que tenha acontecido isso e peço para V. Exa. tomar mais cuidado. Havia deputados ao lado de V. Exa. que também perceberam que não havia quórum no plenário.

Os assessores de muitas bancadas perceberam também que não havia quórum no plenário. Então, não pode se proceder dessa forma. Não é por causa de uma votação que não ia dar tempo de fazer. Faz parte do Regimento. É um papel da oposição pedir a verificação. Queria pedir desculpas, mas ao mesmo tempo eu pediria que não acontecesse mais isso para o bom andamento desta Casa e respeitando o Regimento.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, solicito a prorrogação dos trabalhos por um minuto.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Gostaria apenas de fazer uma consideração a V. Exa. Em todos os anos, e olha que não faz pouco tempo, desde criança eu venho a esta Assembleia, eu nunca vi o que aconteceu aqui. Um deputado tirar o microfone do presidente da Casa. Eu acho que isso é uma coisa sem precedentes. Aceito a desculpa de V. Exa., conheço a sua história, conheço o seu trabalho, conheço aquilo que V. Exa. faz.

Eu gostaria muito que isso não se repetisse, porque o presidente ia presidir a sessão lá de cima. O deputado Campos Machado por várias vezes me alertou sobre esse tipo de ocasião, que se eu estivesse presidindo lá de cima... Eu preferi que não. Eu gosto de presidir aqui de baixo para poder, inclusive, estabelecer este diálogo. O meu histórico, tanto presidindo esta Casa, como líder do Governo, como líder da bancada do PSDB que eu fui, nunca fui de passar em cima de ninguém, muito menos da oposição.

Eu acho que o meu histórico demonstra. Eu, todas as vezes, não tenho condição de contar os deputados de maneira biônica. Todas as vezes que alguém pede verificação de presença, a primeira coisa que eu faço é me dirigir ao secretário geral parlamentar, que está sentado aqui, todo mundo conhece, por quantas mesas ele já passou, inclusive. Não foi somente uma escolha minha, como também a assessoria de plenário, que são pessoas concursadas. Eu me dirigi ao secretário parlamentar, que me disse: “Temos quórum para dar continuidade à sessão”.

A partir deste momento, eu tomei a decisão de dar continuidade à discussão, afinal, esta Presidência tem que se pautar por uma norma colocada e foi feito pelo secretário geral parlamentar, que me deu o comando que nós tínhamos quórum, e vai ser sempre assim. Esta Presidência sempre vai atender a assessoria de plenário neste momento e se a assessoria, que é muito rígida em relação a isso, todos nós conhecemos, disser, nós vamos dar continuidade. Apenas para marcar esta posição.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, solicito a prorrogação dos trabalhos por dois minutos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, solicito a prorrogação dos trabalhos por quatro minutos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, solicito a prorrogação dos trabalhos por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu me sentiria extremamente desconfortável se não usasse da palavra para dizer alguma coisa sobre o sucedido. Pode ter havido um erro, mas eu quero deixar muito claro que esse erro jamais pode ser imputado à má fé de Vossa Excelência. Não pense que alguém pensou nisso, porque V. Exa. tem um histórico nesta Casa, e um histórico de vida, de quem nunca se comportou erradamente.

Nós temos plena confiança nas suas atitudes. Quero dizer também da mesma forma, Rodrigo Del Nero, os assessores, que sempre foram muito corretos, e eu lamento. Eu vim para cá pronto para pedir prorrogação se houvesse necessidade e, sinceramente, eu não me atentei. Entretanto, quero deixar isso claro em meu nome, tenho certeza que da esmagadora maioria, senão da totalidade dos deputados desta Casa. Que não paire nenhuma dúvida sobre a lisura do seu comportamento e dos seus assessores.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu estava no café. Quando adentrei no plenário, a primeira coisa que eu fiz foi contar o número de deputados que tinha do lado direito. Estava longe, de fato, de ter 24. Podem ter chegado mais um ou dois. A deputada Marcia Lia fez um pedido de verificação. Vossa Excelência, na sequência, disse que havia o número suficiente de deputados, que então o trabalho retomasse. O deputado Enio Tatto se dirigiu a V. Exa., eu vim a este microfone, pedindo que houvesse a verificação. O deputado Barros disse que V. Exa. não tinha má intenção, e nós esperamos que não. mas V. Exa. declarou que havia o número de 24, mesmo com o deputado Enio Tatto protestando, e eu tentando falar deste microfone, e coloquei em votação e declarei aprovado. Foi quando eu pedi verificação de votação.

Por que eu fiz isso, mesmo querendo que houvesse a recontagem da presença anteriormente? Porque, se eu não fizesse isso, estaria aprovado sem a verificação de votação. E V. Exa. a colocou de forma imediata, mesmo diante de um impasse, de uma discussão, de uma dúvida.

Deputado Barros Munhoz e demais colegas, se houve uma dúvida inicial sobre o número de deputados presentes, isso é natural, a assessoria pode ter errado, pode o presidente ter errado, pode nós, deputados da oposição, termos errado. Faz parte. O deputado Enio Tatto pediu desculpas pelo excesso, mas V. Exa. agiu no sentido não de resolver a pendência inicial, mas de, imediatamente, colocar o projeto em votação - projeto esse que o governo tenta aprovar já há cinco, seis sessões, e não consegue.

Por isso, a revolta maior e a reação do deputado Enio Tatto. Caso contrário, iríamos perder a votação. Não se tratava mais de uma verificação de presença, mas de votar ou não o projeto, sem a verificação, o que resultou em mais uma derrota do governo, nesta noite.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Nobre deputado Alencar, já encerramos o tempo da presente sessão, mas gostaria de deixar registrado que eu dei o comando de aprovado, mas V. Exa. não pediu, na hora, a verificação. Se existisse má fé de minha parte, como presidente, eu poderia ter declarado aprovado o projeto.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Vossa Excelência chegou a citar o Item 01.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Exatamente. Se existisse qualquer tipo de má fé, eu não permitiria a verificação. Mas nunca foi o meu intuito qualquer tipo de obstrução nesse sentido. O impasse já está colocado, o deputado Enio Tatto fez as suas ponderações, e eu já justifiquei que não fiz a contagem, mas a assessoria da Mesa que bancou a possibilidade de 24, e esta Presidência apenas bancou a decisão da equipe da Mesa.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, encerrado o tempo da presente sessão, esta Presidência, antes de encerrá-la, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje, lembrando-os, ainda, da Sessão Extraordinária a ter início dez minutos após o término desta sessão.

Está encerrada a sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 19 horas e 7 minutos.

* * *

27 DE JUNHO DE 2017

29ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidentes: CAUÊ MACRIS e ROQUE BARBIERE
Secretários: ROQUE BARBIERE e MARCOS DAMASIO

RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 253/17.
2 - CAMPOS MACHADO
Discute o PL 253/17.
3 - ENIO TATTO
Discute o PL 253/17.
4 - ENIO TATTO
Solicita verificação de presença.
5 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando observado quórum.
6 - MARIA LÚCIA AMARY
Assume a Presidência.
7 - ALENCAR SANTANA BRAGA
Discute o PL 253/17 (aparteado pelos deputados Carlão Pignatari e Fernando Capez).
8 - CAIO FRANÇA
Para comunicação, rebate o pronunciamento do deputado Alencar Santana Braga sobre a concessão de emendas parlamentares.
9 - CARLÃO PIGNATARI
Discute o PL 253/17 (aparteado pelo deputado Alencar Santana Braga).
10 - BARROS MUNHOZ
Discute o PL 253/17.
11 - ALENCAR SANTANA BRAGA
Para comunicação, combate o pronunciamento do deputado Barros Munhoz.
12 - BARROS MUNHOZ
Para comunicação, reitera seu posicionamento.